



PODER LEGISLATIVO
Câmara dos Deputados
Gabinete da Deputada Rosângela Moro

REQUERIMENTO DE DESAPENSAÇÃO Nº /2023.

Requer a desapensação do Projeto de Lei nº 514/2023 do Projeto de Lei nº 2141/2015.

Senhor Presidente;

Requeiro a Vossa Excelência, com base nos artigos 139, I, e 142 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a desapensação e a redistribuição do Projeto de Lei nº 514/2023, que se encontra apensado ao Projeto de Lei nº 2141/2015.

O Projeto de Lei nº 514/2023 se distingue do bloco de projetos apensados e encabeçados pelo Projeto de Lei nº 2141/2015, pois pretende Alterar o Decreto-Lei nº 2.848 de 07 de dezembro de 1940 - Código Penal, para aumentar a pena de crime de “Registro não autorizado de intimidade sexual” (art. 216-B) e segregar as condutas de “Divulgação de cena de estupro ou de cena de estupro de vulnerável, de cena de sexo ou de pornografia” (art. 218-C), com a majoração das respectivas penas.

JUSTIFICAÇÃO

Câmara dos Deputados – Anexo IV – Gabinete: 434 – CEP: 70160-900 – Brasília (DF)
Telefones: (61) 3215-5434 – dep.rosangelamoro@camara.leg.br





PODER LEGISLATIVO
Câmara dos Deputados
Gabinete da Deputada Rosângela Moro

Apresentação: 01/03/2024 16:10:56.227 - MESA

REQ n.564/2024

O objetivo do presente requerimento é que o PL de nº 514/2023, siga sua tramitação regimental de forma autônoma, tendo em vista que as proposições embora tenham matérias aparentemente semelhantes, têm finalidades distintas.

Deste modo, o apensamento do Projeto de Lei nº 514/2023 ao Projeto de Lei nº 2141/2015, não atende aos requisitos expressos no art. 139, inciso I, e/ artigo 142, ambos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

O Projeto de Lei 514/2023, tem por finalidade aumentar a pena dos crimes de “Registro não autorizado de intimidade sexual” (art. 216-B) e de “Divulgação de cena de estupro ou de cena de estupro de vulnerável, de cena de sexo ou de pornografia” (art. 218-C), neste último, separando os crimes em dispositivos diversos, vez que são condutas distintas.

O projeto de lei possui fundamento no elevado número de mulheres que ainda são vítimas das referidas infrações penais, apesar de a inclusão dos delitos no Código Penal ter sido feita em 2018.

No que se refere ao crime de “registro não autorizado de intimidade sexual” (art. 216-B, CP), em que a pena é de 6 (seis) meses a 1 (um) ano de detenção, o crime é considerado de menor potencial ofensivo. Isso permite a aplicação dos institutos despenalizadores da Lei nº 9.099/95, como a transação penal e a suspensão condicional do processo. Ainda, como consequência da pena baixa de detenção, não é possível estabelecer o regime inicial fechado do cumprimento de pena e o prazo prescricional é de 4 (quatro) anos.

Quanto ao crime de “divulgação de cena de estupro ou de cena de de estupro de vulnerável, sexo ou pornografia sem consentimento”, em vez de apenas aumentar a pena, entendemos que a melhor alternativa seria criar um novo dispositivo, para que sejam previstas duas condutas distintas: “divulgação

Câmara dos Deputados – Anexo IV – Gabinete: 434 – CEP: 70160-900 – Brasília (DF)
Telefones: (61) 3215-5434 – dep.rosangelamoro@camara.leg.br



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD242269055400>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Rosângela Moro





PODER LEGISLATIVO
Câmara dos Deputados
Gabinete da Deputada Rosângela Moro

Apresentação: 01/03/2024 16:10:56.227 - MESA

REQ n.564/2024

de cena de pornografia, sexo ou nudez” e “divulgação de cena de estupro ou estupro de vulnerável”.

Nesse sentido, o art. 218-C passa a abranger a conduta de “divulgação de cena de pornografia, sexo ou nudez”, com o aumento da pena mínima para 2 (dois) anos, inviabilizando a suspensão condicional do processo. No que se refere ao crime de “divulgação de cena de estupro ou de estupro de vulnerável”, este será previsto no art. 218-D, com pena de reclusão de 3 (três) a 6 (seis) anos.

Por fim, o PL 514 /2023 inclui o art. 218-E para abrigar a causa de aumento de pena e a causa de exclusão de ilicitude já previstas no atual art. 218-C. Optamos pela criação de um novo dispositivo em virtude de seu teor abranger as duas condutas, quais sejam, dos novos arts. 218-C e 218-D.

Deste modo, torna-se fundamental a aprovação deste projeto de lei para dar tratamento mais rígido aos crimes de registro não autorizado de intimidade sexual e de divulgação de cena de estupro, sexo ou pornografia sem consentimento, protegendo não só as mulheres brasileiras, mas a população como um todo.

Já o Projeto de Lei 2141/2015, pretende alterar a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, para tipificar o crime de apologia a práticas sexuais com crianças e adolescentes.

Ou seja, o projeto versa sobre os crimes contra criança e adolescente, de natureza sexual.

Restando claro portanto, que não se tratam de matérias correlatas e o PL 514/2023, é significativamente mais abrangente, devendo ser tratado em legislação específica.

Ademais, cumpre considerar que, se duas proposições diferentes e com objetivos diversos forem apensadas unicamente em razão de possuírem um

Câmara dos Deputados – Anexo IV – Gabinete: 434 – CEP: 70160-900 – Brasília (DF)

Telefones: (61) 3215-5434 – dep.rosangelamoro@camara.leg.br



* C D 2 4 2 2 6 9 0 5 5 4 0 0 *

ExEdit



PODER LEGISLATIVO
Câmara dos Deputados
Gabinete da Deputada Rosângela Moro

único aspecto coincidente, o processo legislativo será prejudicado significativamente, pois não será dada a oportunidade de realização de debate individual e profundo de cada tema.

Embora o mecanismo da apensação de proposições da mesma espécie, que regulem matéria idêntica ou correlata (art. 142, RICD) tenha o objetivo de gerar maior celeridade na tramitação, se aplicado neste caso específico, gerará resultado oposto, tendo em vista que as matérias produzem consequências distintas, apesar de correlacionadas.

Portanto, faz se necessária a desapensação, bem como a redistribuição Projeto de Lei nº 514/2023, para garantir celeridade à tramitação da matéria, em consequência do processo de discussão com a sociedade.

Ante a todo o exposto, verifica-se que não há identidade que justifique a tramitação conjunta das proposições, pelo que se requer seja deferido o presente Requerimento e procedida a desapensação dos Projetos de Lei nº 514/2023 do Projeto de Lei 2141/2015.

Sala da Comissão, 01 de março de 2024.

ROSANGELA MORO
Deputada Federal - UNIÃO/SP.

Câmara dos Deputados – Anexo IV – Gabinete: 434 – CEP: 70160-900 – Brasília (DF)
Telefones: (61) 3215-5434 – dep.rosangelamoro@camara.leg.br

